

----- ACTA N.º 005/2007 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO
ZÊZERE AOS VINTE E TRÊS DIAS DO
MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E
SETE -----**

----- Aos vinte e três dias do mês de Novembro de dois mil e sete, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito remetida oportunamente nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a Presidência de Eurico de Alcobia, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Joaquim de Jesus Ribeiro e Aires Ferreira Graça, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- **1.- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **2.- Análise, discussão e votação da acta anterior.** -----

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- **1.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **2.- Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2008 ao abrigo da alínea b), do n.º 2 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de**

Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----3.- Análise, discussão e votação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ao abrigo da alínea f), do n.º 2 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

-----4.- Análise, discussão e votação do Programa VALETEJO FINICIA nos termos da alínea m), do n.º 2 do art.º 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----5.- Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Presenças: Distribuída a folha de presenças aos membros da assembleia municipal, verificou-se a presença de vinte e um dos seus membros, tendo-se registado a ausência dos deputados José Augusto da Silva Cruz, Agostinho da Cruz e Francisco Baptista. -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e por três dos vereadores que compõem o executivo camarário, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, Carlos Ferreira Salgado e Carlos Alberto Mendes Martins. -----

----- Abertura da Sessão: Eram vinte horas e quarenta e cinco minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1.º Ponto: - Período de tempo reservado à intervenção do público, nos

termos do n.º 6 do art.º 84 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----A Sra. Fernanda Moura, na qualidade de Presidente da Direcção da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Escolas do Concelho de Ferreira do Zêzere, e atendendo ao interesse demonstrados pelos pais e encarregados de educação para que os transportes escolares deixassem os alunos junto aos portões da escola, solicitou esclarecimentos relativamente à previsão para a efectivação desta medida. Questionou, ainda, o ponto da situação da iluminação dos edifícios escolares do primeiro ciclo, assunto este já transmitido através de ofício, bem como a rectificação do preço dos almoços praticados no jardim de infância e primeiro ciclo, situação que lhe foi transmitida verbalmente e que consta em acta no Jardim de Infância de Ferreira do Zêzere. -----

-----O Sr. Américo da Silva, reportando-se a uma petição oportunamente apresentada para interdição da passagem de camiões na estrada de Vale da Figueira, atendendo ao facto de o peso dos mesmos estar a provocar danos graves nas casas de habitação e não compreendendo como é que se permite a continuidade desta situação numa estrada tão estreita sem condições para a circulação de veículos deste porte, solicitou esclarecimentos sobre o deferimento da referida petição de modo a resolver este problema. -----

-----O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi concedida pelo Presidente da Mesa para esclarecimento das situações enunciadas pelo dois munícipes que usaram da palavra, começou por dizer que relativamente aos transportes escolares pensa que o vereador Manuel António já conseguiu resolver essa situação com a empresa Beira Interior, pelo que na próxima segunda feira a situação já estará resolvida de modo a que os autocarros deixem os alunos junto à

escola. Relativamente à iluminação dos edifícios referidos esclareceu que a situação na escola de Ferreira já foi solucionada, tendo os outros casos sido reportados, a semana passada após a recepção do ofício, para os serviços da EDP a quem compete a resolução destes casos. Relativamente à questão da redução do preço dos almoços esclareceu que ficou decidido que seriam as Associações a acordar com as escolas e encarregados de educação o referido preço, o qual seria posto em prática a partir de Novembro. Assim tal medida, conforme combinado será para cumprir e implementada tão depressa quanto possível, pelo que os valores entretanto pagos a mais neste período de transição, serão corrigidos em próximos pagamentos, não lhe parecendo uma situação de difícil resolução atendendo aos próprios valores em causa bastante diminutos. Relativamente à questão apresentada pelo Sr. Américo da Silva informou que foi assumido o compromisso de colocar a referida sinalização a qual já foi entretanto encomendada, pelo que brevemente será colocada. Foi ainda de opinião que não lhe parece que os camionista irão cumprir essa sinalização, competindo no entanto às forças policiais fiscalizar esse cumprimento. -----

----- **2.º Ponto – Análise, discussão e votação da acta anterior.** -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** interveio penitenciando-se e pedindo desculpa pelo atraso verificado, situação que se deveu a questões de logística, das quais não se apercebeu atempadamente, não tendo assim recomendado o envio da referida acta mais cedo, como gosta que aconteça. Colocada a apreciação a acta da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29 de Setembro de 2007 verificaram-se as seguintes intervenções: -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço e o Deputado Municipal Fernando Ideias** chamaram a atenção para alguns erros ortográficos encontrados no texto, tendo os mesmos sido verificados e corrigidos. -----

----- Colocada a votação com as correcções solicitadas a acta foi aprovada por vinte votos a favor zero votos contra e uma abstenção. -----

----- O Deputado Manuel Lourenço justificou a sua abstenção pelo facto de não ter estado presente na última Assembleia Municipal. -----

----- PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 1.º Ponto da ordem de trabalhos: **Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de iniciar o debate deste ponto propôs que a ordem do dia fosse alterada por forma a que o ponto dois fosse debatido em terceiro lugar, antecipando-se o terceiro ponto para segundo devido ao facto de que a análise e discussão da taxa do Imposto Municipal teria implicações e estaria já contemplada no Plano. Esta proposta foi aceite, passando-se de imediato à discussão do ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- O Deputado Municipal Jorge Godinho, inscrito neste ponto da ordem de trabalhos, iniciou a sua intervenção começando por realçar que foi com alguma emoção que verificou que em Ferreira do Zêzere vão ser atribuídos nomes de ruas ao Dr. Manuel Duarte Chita e ao Eng.º José da Silva André. Considerou ser uma boa medida atendendo ao contributo destes para o engrandecimento deste concelho, ficando satisfeito ao verificar o reconhecimento da Câmara pelo trabalho desenvolvido pelos mesmos. Congratulou-se ainda com o facto de a Câmara ter oferecido os manuais de inglês aos alunos abrangidos pelo programa de enriquecimento curricular, considerando que estas medidas são sempre de louvar. ---

----- O Deputado Municipal Manuel Lourenço, usando da palavra, iniciou a

sua intervenção cumprimentando a assistência, o presidente da câmara, o presidente da assembleia, os vereadores, os deputados municipais e a comunicação social. Relativamente à informação escrita e às obras nela mencionadas, mais concretamente as realizadas nas localidades de Cardal, Bairrada e Bairradinha, chamou a atenção para o facto de as mesmas terem ficado por acabar, conforme reclamação de três moradores que se sentem discriminados, nomeadamente e a saber o Sr. Albino Bimbas, O Sr. Fernando Dias Alves e o Sr. Manuel Dias. Defendendo que se trata de pessoas que residem na freguesia de Ferreira do Zêzere, onde pagam os seus impostos e onde se encontram recenseadas, devem ter o mesmo tratamento que todos os outros, verificando-se inclusive que até os acessos para os pinhais tiveram um melhor tratamento, do que os prédios habitacionais destes residentes. Apesar das diligências junto dos responsáveis pela obra, que se comprometeram a sanar a situação, os mesmo nunca deram instruções à empresa adjudicatária dos trabalhos para corrigir a situação, pelo que sente que algo não está correcto, apelando assim ao autarca, Sr. Presidente da Câmara, que dignifique a Câmara com o acabamento destes trabalhos. -----

-----**O Deputado Municipal Adriano Rebelo** começou por dizer que certamente muito se irá falar sobre o QREN, sendo sobre isso que pretende uma informação para ficar mais elucidado. Referiu que embora já tenha decorrido um ano, ainda pouco se sabe sobre o que vai acontecer, pelo que referindo o relatório que no caso específico de Ferreira do Zêzere, foi apresentado o Programa Operacional Regional de Centro constituído por cinco eixos, solicitou informação se para estas cinco áreas, ou para alguma delas já há regulamentação. -----

-----**O Deputado Municipal Fernando Ideias**, interveio, solicitando informações sobre a utilização que a Associação de Melhoramentos e Bem Estar

Social de Areias vai dar às escolas, conforme protocolo celebrado entre esta e a autarquia, questionando ainda se a Junta de Freguesia não teria também interesse nessas escolas. Foi ainda de opinião que os edifícios escolares não deveriam ser alienados enquanto eles tiverem utilidade na junta de freguesia e para a freguesia. ---

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes**, também inscrito neste ponto da ordem de trabalhos iniciou a sua intervenção cumprimentando o Presidente da Assembleia, os ilustres membros do Executivo e os Deputados Municipais. Pedindo autorização ao Presidente da Mesa, dirigiu-se de seguida ao público, uma vez que não se recorda de em assembleia realizada na sede do concelho ver a bancada do público tão preenchida e, sobretudo, por gente tão jovem. Mostrou-se por isso satisfeito por os jovens da terra estarem presentes, significando isso que estes têm interesse ou, se não têm, pelo menos mostram alguma curiosidade sobre o funcionamento deste órgão autárquico. Parabéns a eles por terem optado por estarem presentes independentemente das razões que os trouxeram. Passando seguidamente à matéria de facto, dirigiu-se directamente ao Presidente da Câmara, rogando que fossem disponibilizadas as actas da Câmara, contrariamente ao que continua a acontecer. Declarou ainda não haver mais desculpas que o convençam, pelo que e de novo solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que, como responsável máximo, providencie junto dos serviços maneira de as actas chegarem às mãos dos membros da assembleia. Em seguida referiu que já na última reunião tinha dito que o relatório da actividade municipal deveria ser mais do que uma listagem das actividades feitas. O relatório em análise neste ponto da ordem de trabalhos apresenta duas partes bastantes distintas. A primeira, supõe que será um apanhado das tais actas, como listagem de deliberações e de peso perfeitamente simbólico. Exemplo disso é e com todo respeito que tem pela Associação de Bem Estar Social de Paio Mendes a

referência ao subsídio de setecentos e oitenta e sete euros, que certamente lhe fará jeito, mas que se não constasse no relatório nada se perderia. Considerou, ainda, que há coisas importantíssimas como sejam os quinze milhões de euros que esta Câmara tinha em projectos para se candidatar ao QREN e que se limitam a umas breves referências no último parágrafo. Dirigindo-se de novo aos jovens que se encontram presentes na sala esclareceu que o QREN, significa Quadro de Referência Estratégica Nacional e é um programa orientador das distribuições das verbas vindas da Europa para aplicação no país. Isto veio alterar profundamente o sistema anterior, atendendo a que durante muito tempo Ferreira do Zêzere pertenceu a Lisboa e Vale do Tejo para efeitos de apresentação destes projectos e como Lisboa hoje, já se encontra num nível de desenvolvimento equiparado ao da Europa, pelo menos dos mais desenvolvido da Europa, entendeu-se que Ferreira do Zêzere e outros concelhos aqui da zona, sairiam da região de Lisboa e Vale do Tejo para este efeito e integrariam a região Centro. Como a região Centro é uma região mais pobre, o facto de Ferreira do Zêzere rodar para esta região, permite-lhe também ter acesso a estes dinheiros. Face a este novo quadro, cada Câmara tem que se reorientar naquilo que são os investimentos, uma vez que tem de admitir que algumas Câmaras possivelmente esbanjaram dinheiro da Europa em investimentos que talvez não fossem de primeira necessidade. Achando que as pessoas merecem ouvir estas explicações, pediu a indulgência do Presidente da Mesa para o tempo que está ocupando, ao que este anuiu com a recomendação de que fosse o mais breve possível. Continuando as explicações, referiu que em relação às regras para este ano e para o próximo quadro, quem quiser apresentar projectos tem de os apresentar numa óptica regional, intermunicipal ou de interesse supra concelhio, ou seja, não se pode ir pedir dinheiro da Europa com um projecto que só interessa a um concelho ou

a qualquer concelho *per si*. Esse concelho tem que demonstrar ou associar-se com outro ou outros por forma a demonstrar que esse projecto é mais amplo, uma vez e toda a gente se lembra que por vezes se faz uma piscina porque o vizinho do lado também fez ou faz-se um centro cultural porque o concelho do lado também tem e se calhar nalguns concelhos fizeram-se coisas que talvez partilhadas ou vistas de outra forma poderiam ter outra rentabilidade. Feita a explicação e dirigindo-se de novo ao plenário questionou, que projectos é que existem candidatados ao QREN ou que intenções existem de candidatura porque era essa a informação que a si, em particular, lhe interessava. Finalmente e aproveitando a referência ao PIDAC, lembrou que na reunião anterior, que consta em acta, referiu que “*quanto ao Orçamento de Estado do próximo ano esperem para ver o que vai cair em Ferreira do Zêzere*”. Infelizmente o tempo veio dar-lhe razão e como sublinhou, dos dezasseis milhões duzentos e tal mil euros que o Plano de Investimentos Despesas de Desenvolvimento da Administração Central prevê para 2008, para o distrito de Santarém, Ferreira do Zêzere tem a garantia de quatro mil novecentos e oitenta e oito euros, ou sejam, mil contos em números redondos. E unicamente porque tem uma biblioteca e no contrato da mesma existe esta cláusula, que prevalece durante, não sabe quantos anos. Nesses milhões todos, Tomar tem um milhão e setecentos e setenta e seis mil trezentos e quarenta e cinco e outros concelhos não tem nada, provavelmente porque não têm uma biblioteca. Esta situação demonstra bem o interesse que o poder central tem por Ferreira do Zêzere. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Gomes** interveio agradecendo a presença do público referindo que é salutar ver uma Assembleia Municipal com tanta gente pelo que pediu que continuem a aparecer. Em seguida e reportando-se à intervenção do colega Eduardo Mendes disse, não por ser Ferreirense mas porque também gosta,

por vezes, de defender o Governo, entende que, apesar de tudo, este até tem feito um bom trabalho e daqui a uns anos irá ver-se isso. De facto Ferreira do Zêzere apresenta uma verba baixa mas se for comparável a outros concelhos como Almeirim, Constância, Coruche, Mação, Sardoal que não têm absolutamente nada e mesmo Rio Maior que tem cinco mil trezentos e sessenta e oito euros, foi de entendimento que a questão do PIDAC é uma questão de números e se a questão for abordada por aí não se iria muito longe. Terminou achando que esta questão é irrelevante e sendo de facto números, não vale a pena dar tanta tareia num ceguinho, ou seja, neste caso, no Governo. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** solicitando o direito de resposta, acrescentou que se fala muito no desenvolvimento de Ferreira do Zêzere, e que se enche a boca com cultura e muitas outras coisas quando se quer fazer demagogia e campanhas eleitorais. Quando se tratam de coisas sérias tem que se ler as coisas no sério como pessoas de bem que somos. Defendeu que o desenvolvimento de Ferreira do Zêzere ou de qualquer terra só pode ser feito com investimento e a responsabilidade do Governo em investir vem traduzida no Plano de Investimentos da Administração Central, não vem traduzida em qualquer outro documento. Os discursos dos políticos, as balelas, as promessas, os telejornais não se traduzem em dinheiro nem em cheques, nem para a Câmara nem para obras. O que conta é o que é o numerário e a verdade nua e crua é que a Administração Central trata o concelho como enteado e infelizmente, e como bem disse o Deputado Bruno Gomes, não somos os únicos mas também a outros trata assim. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Gomes**, solicitou o uso da palavra para ler um texto retirado da internet da autoria do seu amigo Paulo Fonseca, Governador Civil do Distrito de Santarém e que passou a citar: “o PIDAC é um instrumento que

devia ter sido banido do Orçamento Geral do Estado há muitos anos, algo que parece que vai acontecer no próximo ano, já que é um pouco inibidor de desenvolvimento. PIDAC é apenas o produto de somatório ou seja o Orçamento de Estado é apenas um somatório de intenções em que se pega no volume de receitas e de gastos e se faz as contas do que sobra. Mediante essa conta as receitas que sobram as receitas são distribuídas pelos diversos Ministérios e pelos diversos programas governamentais. O PIDAC é um desses programas. Ora neste programa são disponibilizadas verbas que na prática não correspondem à verdadeira intenção de investimentos porque cada um dos ministérios poderá ter no seu programa investimentos próprios” apresentando o seguinte exemplo “no PIDAC está prevista a construção de um posto da GNR num dos concelhos do distrito de Santarém mas no Programa do Ministério da Administração Interna também está prevista a construção de um posto de segurança o que significa que o PIDAC acaba por ser redutor do ponto de vista de investimento governamental nas regiões”. -----

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte**, no uso da palavra dirigiu-se ao Deputado Municipal Bruno Gomes dizendo ter ficado espantado com a sua intervenção, compreendendo no entanto que o Deputado tenha o coração a bater pelo PS. Na sua qualidade de independente, não sente o mesmo nem em relação ao PS nem em relação ao PSD, compreendendo no entanto esse sentimento. Recomendou no entanto algum cuidado ao Deputado, atendendo a que nem o Governo nem o Eng.º José Sócrates estarão eternamente no poder e passando a sua situação a oposição esta terra permanecerá com os seus problemas, os seus anseios e as suas carências. Nessa altura não sabe como é que o Deputado Bruno virá aqui ler os mesmos documentos ou pedindo desculpa, dizer os mesmos disparates que o seu correligionário Paulo Fonseca lhe transmite. Defendeu ainda que até poderia

concordar que o PIDAC seja tudo isso mas então onde é que está outro instrumento alternativo. Não venham por isso dizer que o PIDAC não presta só porque não deu nada a Ferreira do Zêzere ou que Ferreira do Zêzere não recebeu nada porque aquilo não vale nada, não presta para nada e por isso Ferreira do Zêzere não vai ter nada. Por outro lado onde se vê o PS muito preocupado é em ganhar eleições, como é o caso de Tomar. Tomar vai receber dois milhões porque há uma preocupação muito grande e uma evidência muito grande em ganhar as eleições. Continuou, referindo que com certeza o Deputado Bruno irá defender que Tomar tem muito mais necessidades do que Ferreira, que Tomar precisa urgentemente de construir toda a zona ribeirinha. Questionou então se Ferreira do Zêzere não precisa de fazer investimentos sérios em termos de PIDAC, em termos de espaço público num rio que é nosso, que nos é usurpado constantemente e do qual nós não podemos usufruir quase nada. Terminou deixando no ar a pergunta se Ferreira do Zêzere, não precisará também das verbas do PIDAC ou de outro instrumento qualquer que o Partido Socialista ou o Eng.º José Sócrates venham criar, lembrando ao Deputado Bruno que deveria pensar bem, porque ainda pode vir a ser oposição e nessa altura não descartará o problema tão facilmente. -----

----- O **Presidente da Câmara**, no uso da palavra dada pelo Presidente da Mesa, para prestar os esclarecimentos julgados necessários, começou por responder ao Presidente da Junta de Ferreira do Zêzere, Deputado Manuel Lourenço dizendo que o que se passou na obra citada e segundo informação do Vereador Jacinto, pessoa que acompanhou a obra de perto, quando as pessoas referidas reclamaram, no sentido de saber o porquê da falta dos trabalhos junto das suas residências, a obra já se encontraria completa pelo que lhes terá sido dito que, se o empreiteiro voltasse à obra por outros motivos ser-lhe-ia solicitado para resolver a situação. Como tal não

se verificou e atendendo a que esta situação não se deveu a qualquer tipo de má vontade e sendo de opinião que não se devem deixar duas ou três pessoas penalizadas, assumiu o compromisso de resolver esta situação, não se comprometendo, no entanto, com prazos, uma vez que terá que se aproveitar uma altura em que hajam outros trabalhos a decorrer, atendendo a que seria muito dispendioso fazer deslocar máquinas e pessoal de propósito para estes acabamentos.

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** interveio, novamente, para esclarecer que não estava em condições de afirmar se a obra já estava terminada, uma vez que se limitou a transmitir aquilo que lhe foi dito, ficando no entanto com a ideia de que o empreiteiro ainda se encontraria na obra, não tendo executado os trabalhos por falta de autorização da Câmara Municipal. -----

-----**O Presidente da Câmara,** continuando a sua explicação respondeu ao Deputado Manuel Lourenço que aqueles trabalhos não se encontravam no caderno de encargos, pelo que o empreiteiro não os poderia ter executado, no entanto e como já referiu anteriormente irá tentar resolver a situação. Dirigindo-se ao Deputado Adriano Rebelo e reportando-se à sua citação em relação ao QREN foi de opinião que o Deputado Eduardo Mendes deu um bom contributo na explicação que prestou sobre o novo quadro comunitário. Foi de opinião que com este novo quadro e como já referido pelo Deputado Eduardo Mendes os concelhos pequenos irão ver as suas candidaturas dificultadas, não sendo fácil a Ferreira do Zêzere projectar uma obra que interesse a Tomar ou a Vila de Rei e que possa ter as características de uma obra supra ou intermunicipal. Referiu ainda haver grandes expectativas neste último quadro comunitário para as regiões do interior, vendo-se agora que estas zonas ficaram bastante penalizadas. No entanto continuará a lutar e espera poder vir a superar algumas dificuldades. Numa reunião com o professor Augusto Mateus, onde

foi abordada esta situação, ele defendeu que os municípios pequenos têm que ir a reboque dos grandes municípios. Não vê inconveniente na situação desde que sejam criadas oportunidades que permitam a Ferreira do Zêzere apresentar as candidaturas e fazer as obras de mais necessidade como seja o mercado, a pista de atletismo, o relvado do campo de futebol, já não falando do célebre centro de estágios, uma vez que ainda não perdeu a esperança de ver concretizado este projecto. Em relação ao campo de futebol e à pista de atletismo ter-se-á de ir por aí, quanto ao mercado também está convencido que será fácil uma vez que o mesmo pode abranger uma ou duas freguesias de Tomar face à sua proximidade, sendo essa a escolha possível de acordo com o parecer do gabinete do Professor Augusto Mateus, com vasta experiência nesta área. Quanto ao projecto da estrada para Vila de Rei, existe um acordo, que ficou do Governo anterior, estando neste momento o projecto feito e em condições de enviar para a Direcção de Estradas. O QREN não valoriza muito estes projectos, estando convencido que irá depender e terá de haver vontade política e se o Governo não entender aprovar o valor daquela obra, que o faça através do PIDAC das Estradas de Portugal, havendo no entanto a promessa de que o seu pagamento será feito pela totalidade, embora a Câmara tenha de executar a obra e efectuar os pagamentos antes de qualquer comparticipação. Em relação ao centro escolar de Ferreira do Zêzere esclareceu que não é com 50% que se fará a obra acrescentando o facto de Ferreira não ter capacidade para fazer mais um centro escolar com esta comparticipação, com a agravante de que em Areias se recebeu 50% do valor da obra e agora limita-se a cem mil euros por sala, com parte desportiva e tudo incluído, não chegando essa verba aos 50%, defendendo que não se consegue fazer uma sala de aulas e a envolvência por vinte mil contos. Também foi de opinião que se irá conseguir os equipamentos previstos para a Quinta do Adro, pensando que em

relação aos acessos, o GAT está a dar continuidade aos projectos para as freguesias de Pias, Areias e Chãos. Quanto à ex EN 348, que se pretende ver executada, está convencido que não será muito difícil fazer valer a vantagem de aproximação das freguesias à sede do Concelho, viabilizando ainda a rede de transportes rodoviários. Respondendo, seguidamente à questão do protocolo com a Associação de Areias, esclareceu que já foram cedidas duas escolas à Associação e que agora estes vieram com a proposta de ficar com a escola contígua á sede da Associação para reuniões e entregar a escola de Rego da Murta. É uma situação que depende ainda da análise da Câmara. Adiantou ainda que com o parecer da Junta de Freguesia de Areias foi cedido o Jardim-escola à Associação Desportiva Areense. Conforme compromisso assumido, desde que as freguesias se mostrem interessadas em dar utilidade às salas de aula, a Câmara não procederá à sua venda, não fazendo no entanto sentido que as escolas que não tenham utilização, se mantenham assim com a consequente deterioração a que estão sujeitas. Respondendo ao Deputado Eduardo Mendes sobre as actas, informou que tal situação não se voltará a verificar. Em relação aos projectos a candidatar os mesmos já foram enumerados, havendo no entanto mais na expectativa de que se um não for aceite haja outros para substituição. Previa-se, ainda e diziam a quem tivesse projectos para avançar no ano de 2007, que a comparticipação poderia ir a 80% ou 90%, falando-se agora só em 70%. É uma situação que, se calhar, convém atrasar e pedindo desculpa aos amigos do Partido Socialista, atendendo ao facto de haver eleições em 2009. Haverá no entanto muita Câmara que embora queira fazer obras não vai ter capacidade para as fazer, umas porque já não têm hipótese de ir ao endividamento e outras porque se o Governo não abrir mão do endividamento, como aconteceu no último quadro comunitário em que se podia ir ao banco, a situação ficará muito complicada. Finalizando concluiu que

em Ferreira do Zêzere, talvez se consiga resolver alguma parte das obras, mas não todas com certeza. -----

----- **O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço** solicitou um pequeno esclarecimento relativamente à página dois do relatório onde se diz “elaborar na sequência do pedido formulado pela Associação de Melhoramentos e Bem-estar Social de Areias para a aquisição das escolas primárias de Milheiros, Rêgo da Murta e Areias”, uma vez e como já foi esclarecido muito bem pelo Sr. Presidente da Câmara, esta referência sugere alguma confusão que faz questão de esclarecer. Informou que as duas escolas de Milheiros e Rêgo da Murta já estavam sob a alçada da Associação de Melhoramentos onde foi gasto muito dinheiro em obras de recuperação. A intenção da Associação é abdicar da escola do Rêgo da Murta e conseguir a escola velha, junto à sua sede, que terá muito mais interesse para a Associação, face à sua localização e que permite a realização de diversos eventos como foi o caso de uma Assembleia Geral que já ali realizada. -----

----- **O Presidente da Câmara** interveio, novamente no sentido de reiterar o que já tinha dito ou seja o que a Associação pretende e oficializou é fazer a troca do Rêgo da Murta por Areias e vir a adquirir o edifício dos Milheiros, face às obras avultadas ali realizadas e que lhes foi cedido apenas por protocolo. -----

----- **2.º Ponto da ordem de trabalhos: Análise, discussão e votação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ao abrigo da alínea f), do n.º 2 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes** interveio referindo que o que está em causa neste ponto é um pedido da Câmara Municipal que deliberou, mas não por unanimidade, que se aumente de 0,5% para 0,7% a taxa do imposto municipal

sobre imóveis relativamente aos prédios urbanos do concelho de Ferreira do Zêzere que não foram ainda sujeitos a avaliação pelas Finanças. Segundo o mapa anexo está-se a falar de cinco mil seiscentos e nove prédios, o que segundo percentagem calculada pelo Sr. Vereador Jacinto serão 72% das casas deste concelho. Disse que qualquer aumento de impostos o preocupa, mas e citando o Ministro das Finanças, que hoje no meio de algumas asneiras também disse coisas certas, quando referiu que se todos pagassem aquilo que deviam pagar, todos pagariam menos. Assim concorda com os aumentos de impostos desde que sejam justos ou seja, que levem a distribuir melhor a carga que todos temos de suportar para todo aquele conjunto de despesas que neste caso a Câmara faz a favor dos munícipes. E o aumento de 0,5% para 0,7% que são 0,2% representa em valores relativos 40% de aumento e representa um acréscimo de € 53.318,42 o que em números redondos significa dez mil contos a mais que o Município se propõe cobrar a partir do ano que vem a quem tem prédios urbanos que não foram ainda reavaliados ou seja que não são novos ou que não foram transaccionados recentemente. Referiu que fez as seguintes contas: o valor médio dos prédios avaliados no concelho de Ferreira do Zêzere ou seja dos prédios novos é de € 36.428,00, em números redondos são sete mil e duzentos contos e ficou admirado pois gostaria de saber onde é que poderia comprar uma vivenda, das muitas que se vêem por aí, junto ao rio, na vila ou ainda junto ao intermarché pelo valor de sete mil e duzentos contos. E em média os prédios não avaliados tem o valor de € 5.126,00, que são os outros mais velhotes e que têm uma média de mil contos mas mesmo assim gostaria de saber onde é que se compram. Retendo que a relação entre os prédios velhos e os novos é de 7,1 o que quer dizer que os prédios novos valem sete vezes mais e sabendo-se que os novos só valem sete mil e duzentos contos. Atendendo a que a taxa proposta é apenas 3 vezes e meia

a superioridade dos prédios avaliados, mas a diferença no valor é de 7,1, sente-se inclinado a defender esta proposta por achar que apesar do aumento ela é mais justa na distribuição da taxa porque os prédios avaliados não têm hipótese de “mexer”. Os prédios rústicos esses então não têm mesmo hipótese, é 0,8, portanto foi de opinião que isto redistribui melhor a carga apesar de vir a corresponder a um aumento em média de 9,5 euros por ano e por prédio, o que para a maioria das pessoas não é significativo mas se calhar para alguns reformados 9,5 euros é dinheiro. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** interveio dizendo que estava perfeitamente de acordo com o que o Dr. Eduardo Mendes disse na primeira parte, porque isso traduz um aumento de imposto de 40% , e esse aumento, corresponde em números gerais a 52.000 euros que a Câmara vai buscar aos Ferreirenses. E se o deputado Eduardo Mendes é contra o aumento dos impostos ele também é achando que os Ferreirenses não têm culpa nenhuma que o Ministério das Finanças não tenha feito através de portaria a reavaliação dos 70% dos prédios que estão por avaliar. Achou ainda que, se calhar a Câmara teria de insistir ou fazer esforços de forma a que o Ministério das Finanças faça as reavaliações necessárias. Agora de uma forma “simplista” fazer com que os Ferreirenses paguem mais 50.000 euros de contribuições, desculpem ele não aceita. Terminando foi de opinião que deve haver outras maneiras da Câmara poupar essa verba e não sobrecarregar mais este concelho pobre e de interior com mais impostos. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes**, intervindo a pedido do Sr. Presidente da Câmara esclareceu que em termos de cálculos e de contas o que o Dr. Eduardo Mendes disse espelha a verdade ou seja, só existem 28 % de prédios reavaliados o que faz com que a carga fiscal esteja mal distribuída sem sombra de dúvida. A taxa de 0,7 repõe um pouco esse equilíbrio ou tenta aproximar esse equilíbrio, no entanto

ainda se fica muito longe. Existe um peso de 7,1 de proporção entre os avaliados e os não avaliados e a proporção da taxa agora é 3,5, portanto, ficamos ainda a 50% de chegar ao equilíbrio total. Pressionar o governo ou as finanças para fazerem as avaliações pouco adianta porque antes de 2010 não haverá avaliações e todos os que estão presentes sabem porquê. Reportando-se à intervenção do Dr. Jorge Godinho e à sua discordância ao aumento da taxa, dizendo haverá soluções mais fáceis e o ideal seria poupar, achou que isso seria um bom conselho para o próprio governo ter em conta quando pensar em aumentar o IVA. -----

----- Terminadas as intervenções foi **colocado a votação este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por doze votos a favor, oito votos contra e uma abstenção.** -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** solicitou que todas as aprovações fossem consideradas em minuta, o que foi aceite, passando-se assim e de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **3.º Ponto da ordem de trabalhos: Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2008 ao abrigo da alínea b), do n.º 2 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **O Deputado Municipal Adriano Rebelo**, no uso da palavra, pretendeu ver esclarecidas duas situações. A primeira, já anteriormente referida e em parte respondida pelo Sr. Presidente da Câmara tem a ver com o valor das salas de aulas, atendendo a que no documento distribuído se diz que a taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas é 70%, e no mesmo documento refere-se a construção de um centro escolar em Ferreira do Zêzere, com um

financiamento de 50%, o que lhe deixou algumas dúvidas. A segunda e última questão tem a ver com a Estratégia de Desenvolvimento – Área 5, respeitante à mobilidade, referida na página oito, onde diz “Melhorar os níveis de acessibilidade e de mobilidade do concelho”. Esta redacção já constava nas grandes opções do plano do ano anterior, onde se referia ainda que o Município tinha optado pela solução um que apresentava pontos de derivação que serviam Pias Areias, Águas Belas e a própria sede do concelho, bem como outro nó em Cabaços que servia Águas Belas, Paio Mendes e Dornes. Como essa segunda parte deixou de figurar e sabendo que houve com certeza uma razão, para esse facto questionou a situação, embora no texto se dê alguma luz ao assunto quando nele se diz: “ de salientar ainda que o citado estudo está fortemente dependente da definição do traçado IC3 para Norte”. --

----- **O Deputado Municipal José Manuel Duarte** referiu que embora o colega e amigo Eduardo Mendes tivesse criado o hábito das pessoas falarem de pé, por uma questão de respeito para quem o elegeu, e sendo a primeira vez que ali vai, uma vez que entende que só se deve ir ali quando há alguma coisa realmente importante e especial a comunicar. Pediu desculpa a todos os Ferreirenses, aos que o elegeram e aos outros pelo facto de não ter feito o trabalho de casa. Declarou não ir intervir no debate do Orçamento, coisa que considera ser quase o centro da vida da Assembleia, porque recebeu o extenso documento, e como de costume muito bem feito, na véspera. Assim não teve hipótese de o ler pelo que não participará no debate. Terminou pedindo, por isso, desculpa a todos por esse facto. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Godinho** começou por referir que teve mais sorte que o Deputado Municipal José Manuel Duarte uma vez que tinha recebido o documento dois dias antes e assim fez o trabalho de caso dentro daquilo que foi possível. Ao ler o documento ficou-lhe a sensação de uma pobreza franciscana

tremenda referindo que as obras constantes dos mapas, as que vão ser feitas ou as que se propõem serem feitas, a maior parte, ou seja cerca de 98% delas, já vêm desde 2002. As obras novas que aparecem são as TIC nas Bibliotecas, que são técnicas de comunicação com aquisição de hardware e software, a elaboração do Plano de Pormenor, estudos do Plano de Urbanização e o edifício de serviços na Zona Industrial. Continuando a percorrer o documento encontrou o prolongamento das redes de saneamento que embora já existam vão ser prolongadas, sendo isso um projecto novo, a beneficiação da ER 348 entre Ferreira do Zêzere e o limite do concelho com Vila de Rei, os arruamentos em Avecasta, a rectificação da ex-348 entre o Ramal e o Tojal e finalmente a comparticipação dos projectos da Comunidade Urbana do Médio Tejo. São estes os projectos novos que se propõem, para o ano de 2008. Todos os outros já vêm de trás, já deviam estar feitos ou pelo menos já deviam estar começados. Referiu-se no início a uma pobreza franciscana porque considera que o documento transmite mesmo uma sensação de pobreza, não o convencendo as desculpas e a justificação de que o QREN não permite, não deixa e outras mais, sendo de opinião que há que saber reorientar os investimentos. Tendo ouvido falar na sessão da conveniência do Governo em atrasar as obras, ficou-lhe a questão se a própria Câmara não terá, também, interesse em fazer o mesmo. Debruçando-se de novo sobre o documento, não quis deixar de ler uma citação, constante a folhas três, que o deixou pasmado e que passou a citar: “dos regulamentos conhecidos nada abonatórios para o desenvolvimento do nosso concelho destaca-se o que diz respeito ao financiamento de futuros centros escolares que prevê o valor máximo de referência por sala de aula a construir de raiz de cem mil euros mas “pasmese” incluindo espaços específicos nomeadamente polivalente, refeitório, biblioteca e sala de professores bem como a cozinha”. Considerou isto

uma pobreza independentemente de não saber se cem mil euros era pouco ou muito, mas considerou também não ser como se refere noutra página “para tornar a construção do novo centro escolar uma tarefa verdadeiramente “Herculiana”. Não sabendo se isso era uma tarefa “Herculiana”, “Filipina”, “Socratina”, ou “Ferreirense”, foi de opinião que tudo não passam de desculpas para não fazer obra. Foi ainda de opinião e dirigindo-se directamente ao Presidente da Câmara, que se houvesse grande interesse em fazer obra, para o ano, neste concelho, salvo motivos de força maior ou de doença, o Presidente da Câmara deveria ter estado presente na reunião que aprovou o documento. O documento foi aprovado por quatro votos em que o Vereador Jacinto teve de usar o voto de qualidade, o que em sua interpretação demonstra um desinteresse a fazer o Plano e o Orçamento para 2008. Fica ainda muito triste quando vê da parte da Câmara um deixa andar e não tendo outra palavra, considera isso também um desinteresse. Referindo-se à dúvida suscitada pelo Deputado Adriano Rebelo, esclareceu que embora naquela página se refira que a taxa máxima de co-financiamento é de 70% e que os restantes 30% serão suportados pelos beneficiários, a seguir referem-se a 50%, sendo essa diferença de 20%, em sua opinião, relativa ao ponto quatro em que se tem de englobar mobiliário escolar e material didáctico, esgotando assim a diferença dos 20%. É isso que deduziu do documento, sendo no entanto de opinião que não irá haver centro escolar nenhum porque a Câmara não está interessada em o fazer com QREN ou sem QREN. Por outro lado a estratégia de Desenvolvimento 2008/2011 da Câmara, referindo que a palavra estratégia era muito usada nos seus tempos de tropa significando “aquilo que se vai fazer” tem três pontos distintos, tendo o primeiro a ver com o reforço dos serviços de equipamento de apoio à população, assentando nos seguintes pilares: Apoio a idosos - continuar a apoiar as instituições do concelho (estas que façam que

a Câmara apoia, mas façam); Transportes e actividades na piscina, projectos que já decorrem de outros anos, sendo uma situação pacífica; Cartão de Idoso, é algo que já se houve falar há alguns anos; Apoio à recuperação de habitações degradadas, que segundo sabe tem ajudado alguns, tendo dúvidas que vá continuar mas pelo menos fica a intenção. A aposta nas crianças e jovens é uma coisa boa sendo apologista das coisas boas que sempre apoiará, vendo na construção do Parque de Lazer na vila, uma boa oportunidade para dar às crianças aquilo que elas merecem sendo o parque infantil um projecto a apoiar. O projecto da internet já existe sendo só mantê-lo, a manutenção das escolas e jardins-de-infância é obrigatória e a continuação da construção dos polidesportivos nas freguesias é um projecto que se os Presidentes de Junta não fizerem, nada feito. Aproveitando a referência aos Presidentes da Junta questionou estes se eles foram ouvidos ou achados na elaboração do documento em apreciação e em caso negativo se teriam coragem de o aprovar. Sendo eles os porta vozes das freguesias deste concelho e conhecedores, como são, das carências das populações que lá moram, das obras que fazem falta, mereciam ter sido ouvidos, uma vez que tal como ele vão ter de votar o documento. Na educação, cultura e tempos livres verifica-se que é uma festa, porque tirando as aulas, as actividades da biblioteca e a escola fixa de trânsito o resto é dia mundial da criança, festa de Natal, verão em acção, férias desportivas, festa da primavera para a terceira idade, comemoração do feriado municipal etc., não passa de uma festa. No desporto, a aposta faz-se na atribuição de subsídios mensais às associações do concelho, na realização da prova atlética, prova de atletismo nocturna, enquadrada nas festividades do feriado municipal e que este já se fez, o torneio de futsal, que não é novidade para ninguém e finalizando provas desportivas de âmbito distrital/nacional. Depois de 2007, aparece a colocação do relvado sintético no campo de futebol onde

ainda nada foi feito, pensando-se que o mesmo será concretizado em 2008. E como alguém na sala lembrou aparece novamente a construção do complexo desportivo e centro de estágios. O segundo ponto é a promoção e desenvolvimento económico que de acordo com a definição dada pelo próprio documento, a páginas 7, "*trata-se de uma vertente de desenvolvimento do concelho fortemente ligada aos privados*". Explicando melhor os privados que façam que a Câmara dará o seu apoio conforme eles forem aparecendo. No terceiro e último ponto e aí não entendeu, continuará a execução do projecto URBCOM que visa a renovação urbana da Vila de Ferreira do Zêzere, ou seja iremos ter mais rotundas e mais bancos. O ambiente apenas vê verbas para conclusão de obras em execução e ao que parece já terminadas. Aparece ainda uma referência ao melhoramento dos níveis de acesso o que se deve traduzir numas estradinhas que já todos sabem. Finalizando, mostrou-se decepcionado porque o seu concelho é a razão de ser ter candidatado, não pretendendo discutir neste órgão política uma vez que se fosse esse o seu objectivo ter-se-ia candidatado à Assembleia da República. A sua batalha é o seu concelho que gosta de ver aqui discutido e quando ele é tratado desta maneira, deixa-o muito triste. É uma mágoa que sente e se ninguém quiser fazer mais nada, não partilhará essa situação. Apelou por isso a que todos pusessem mãos à obra para o engrandecimento deste concelho, reiterando a sua insatisfação face ao que está a acontecer. -----

-----**O Deputado Municipal Dr. Eduardo Mendes**, usando da palavra, disse não ter intenção de tecer grandes comentários sobre este orçamento e grandes opções do plano porque se limitou a lê-lo e pouco mais, face à sua disponibilidade de tempo que não é muita e atendendo ao facto de que não é um político profissional, nem sequer amador e à parte disso tem a sua actividade profissional como a maioria das pessoas presentes na sala. Conseguiu, mesmo assim, ler bastante

e partilhando a opinião de que o plano deveria ser mais ambicioso, gostaria, também, de poder acreditar que existe dinheiro para fazer tudo aquilo que Ferreira precisa, mas infelizmente, sabe que não há esse dinheiro e que por outro lado as pessoas também se possam sentir cansadas, estando quanto a isso perfeitamente à vontade. Estas grandes opções do plano vão até 2011 e de certeza que a oposição desta vez vai derrotar o PSD o que significa que iremos ter grandes opções do plano em 2009, fantásticas, com toneladas de dinheiro, toneladas de projectos e como andam aqui alguns há muito tempo e não tem havido dinheiro para concretizá-los, pelo menos já têm os projectos feitos e é só arranjar o dinheiro e porem as coisas a andar. Dirigindo-se ao Deputado Jorge Godinho, disse que também comunga das suas preocupações com o concelho. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse, para que não restem dúvidas, a sua ausência na reunião de aprovação deste documento, pensando, no entanto, não ser de todo necessário porque com certeza o documento não foi feito à sua revelia, considerando que ele o conhecia completamente e era solidário com ele. Disse seguidamente não ser necessário escamotear as coisas quando sabemos o que estamos a dizer e sabemos que estamos a faltar à verdade. Quando no documento se diz que se vão fechar obras sabe-se perfeitamente que está lá escrito que apenas se concluirão as obras de esgotos porque irão passar para outra empresa, não se dizendo em lado nenhum que não se irão fazer mais obras, sendo esta referência apenas para o capítulo em questão, pelo que foi de opinião que o deputado tinha plena consciência disso e sabia do que estava a falar, estando assim a faltar à verdade conscientemente. Lembrou ainda que quando o Deputado Jorge Godinho referiu o parágrafo sobre o ambiente, omitiu propositadamente a referência constante no mesmo parágrafo que citou “*face a esta nova realidade*”, não explicando qual era essa nova realidade, pelo que considera

que o Deputado faltou à verdade. No entanto deixa as explicações para a Câmara Municipal que de certeza não perderá a oportunidade de esclarecer estas situações. Continuando a sua intervenção esclareceu que a empresa Águas do Centro irá pegar na construção das redes de saneamento em baixa, pelo que a Câmara só terá de acabar as obras que tem em mãos. Lembrou ainda o Deputado Municipal Jorge Godinho que quando este leu alguns títulos esqueceu-se de dizer que alguns vêm de anos anteriores, e que segundo a sua opinião espera que nunca acabem. A revitalização das sedes de freguesia, por exemplo, é uma obra que não se faz num ano, em dois ou em três e é bom que se levem estas obras até ao fim, sendo de opinião que quando este ciclo chegar ao fim já deve haver trabalhos para fazer na primeira. E sendo isto apenas um exemplo, concluiu a sua intervenção referindo que há muito mais títulos no plano que não foram referidos, concordando, também, que seria bom que muitos mais houvessem. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Dias**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, referindo de seguida que esta coisa do dinheiro, ou há ou não há, temos ou não temos, faz-se porque se tem e não se faz porque não se tem, sendo algo que, do seu ponto de vista, está a ser utilizado com alguma incoerência. Sendo óbvio que sem ovos não se fazem omeletas também por outro lado não se podem estar a escamotear estas coisas. No entanto, foi de opinião, que da parte do PSD se verifica alguma incoerência, recordando que há alguns anos, e nestas coisas a memória é importante, numa das últimas campanhas, aparecia num folheto do PSD uma série de fotografias todas bonitas, com obras onde se podia salientar a Biblioteca, o posto da GNR, o Centro de Saúde, a Piscina Municipal ou seja as mais emblemáticas e o folheto assinado em baixo pelo Sr. Presidente da Câmara, dizia: “fizemos obra, aqui está a nossa obra, nós é que a fizemos” e portanto estava lá, taxativamente, e isso é

campanha eleitoral. Agora vem-se dizer que não há dinheiro e que não se faz porque não temos. Quer dizer, naquele tempo fizeram eles a obra mas não contaram que foi o Governo do Engenheiro Guterres que lhes deu o dinheiro e isso aí já não vale a pena dizer. Não pretendendo entrar agora nessa discussão, finalizou sendo de opinião que se tem de ser coerente nestas matérias. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** em resposta às intervenções anteriores e antes de passar a palavra ao Vereador Jacinto, para prestação das explicações julgadas necessárias, agradeceu a critica ao deputado Jorge Godinho, que com certeza nunca terá faltado a nenhuma obrigação legal, dando-lhe os parabéns por isso. Justificou de seguida que a sua falta se deveu a motivos familiares só ele sabendo o quanto lhe custou faltar. Referiu ainda que de qualquer das maneiras agradece a amizade. Disse ainda que era evidente que o documento em si, todo ele, não foi feito na sua ausência, só tendo faltado naquele dia e na véspera, sabendo perfeitamente que o Vereador Jacinto era a pessoa indicada para o defender e apresentar. Gostaria de saber ainda como é que o Deputado Municipal Jorge Godinho consegue fazer obra sem dinheiro sendo talvez por isso que as minas do Deputado em determinada altura tiveram de fechar. Informou que é sua política pagar as obras que manda executar, não pretendendo seguir alguns exemplos de outros municípios que andam com anos de atraso nos pagamentos. Embora corra o risco de ser apelidado de não fazer obra ou de trazer muita obra e depois não a fazer é por demais evidente que se não houver dinheiro não se pode fazer obra. No entanto se o Governo tiver coragem de deixar endividar Ferreira do Zêzere ao mesmo nível da maior parte dos municípios deste país, far-se-á de certeza muita obra. Mesmo vivendo a situação actual, pode-se constatar que no corrente ano muita obra se fez sem usar o endividamento e com as participações referidas. Finalizando alegou

que esta situação diz alguma coisa, ou pelo menos demonstra a seriedade e vontade da Câmara em não colocar os empreiteiros numa situação difícil. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes**, no uso da palavra que lhe foi cedida pelo Presidente da Câmara e respondendo às questões entretanto colocadas, começou por responder ao Deputado Adriano Rebelo, alegando que a discrepância entre os 70% e os 50% que é referido na apresentação do orçamento, não é para equipamentos, como foi referido pelo Deputado Jorge Godinho. O que acontece é que para fazer um Centro Escolar com alguma dignidade e com condições mínimas, cem mil euros por sala não chegam, caso não se pretenda optar por meia dúzia de contentores usados como já noutros tempos aconteceu. Tem no entanto esperança que não seja isso que o Governo do PS pretenda que volte a acontecer como se verificou há alguns anos atrás em que os alunos tinham aulas dentro de eléctricos. Portanto a Câmara está a assumir, desde já, que cem mil euros não são suficientes para fazer salas de aulas e que os 50% serão 50% do valor que a obra custar. Foram colocados 40% como participação do Estado, esperando que desta vez não aconteça o mesmo que aconteceu com o Centro Escolar de Areias em que não foi recebido nada não se podendo esquecer que o mesmo custou, em números redondos, um milhão e quinhentos mil euros tendo só nove salas. Em Ferreira do Zêzere serão necessárias catorze salas pelo que é só fazer as contas. Questionou seguidamente se alguém pretende que a sede do concelho tenha um Centro Escolar menos digno que o da freguesia de Areias ou que venha a ter pavilhões terciomundistas. Seguidamente e reportando-se ao ponto da mobilidade, onde se disse que o texto era praticamente o mesmo, concordou mas não vê motivos para alterar a redacção, atendendo a que a Câmara já tinha optado pela solução um, por unanimidade, por ser a que melhor serve o concelho. No entanto esses estudos estão parados e a serem reformulados,

esperando, contudo, que até Junho os mesmos sejam concluídos para finalmente se poder saber qual será o traçado do IC3 e assim desbloquear algumas situações que estão pendentes da localização do futuro nó de acesso, como seja a rectificação do traçado da ex-348, que se pretende que encaixe nesse nó de maneira a fazer uma ligação a Chãos, parte de Areias e Pias, com uma maior ou menor intensidade para essas freguesias, tudo dependendo da futura localização do nó. Foi por isso que se alterou a redacção, não pretendendo ter mais dissabores, como aconteceu com a demolição da casa na variante a Ferreira em que passou por situações muito desagradáveis, muitas vezes só por ter tentado ser amigo e que não pretende ver repetidas. Naquele caso a Câmara deliberou por um traçado que passava pelo lado de trás do cemitério de Igreja Nova, andou a inviabilizar construções de edifícios nesse corredor no pressuposto que seria esse o corredor definitivo, tendo posteriormente já na fase de concurso da obra sido confrontada com um traçado todo feito à sua revelia. Por isso a experiência recomenda ponderação e só quando o estudo for oficialmente transmitido é que se tomarão decisões. Apesar do interesse mostrado pela Câmara por uma ou outra solução, quando chegar a hora de decidir, este interesse não é tido em consideração, prevalecendo os critérios de viabilidade económica, de tráfego e de impacto ambiental. As intenções das Câmaras suportadas pelos seus interesses e na defesa das soluções que melhor sirvam os munícipes, são critérios normalmente preteridos. Respondendo ao Deputado Jorge Godinho, e à sua citação de pobreza franciscana, foi de opinião que se calhar até é um motivo de orgulho, porque sendo tão pobres e tão maus em 2005 Ferreira do Zêzere foi o 22.º concelho do país com maior taxa de investimento, recomendando por isso a leitura, também, das notícias boas. Também e sabendo de antemão que a repetição dos nomes das obras e programas iria ser posto em causa, teve o cuidado de ler a título

de exemplo o relatório do Orçamento do Estado, que contem 333 páginas e não é, que verificou que o Governo faz exactamente a mesma coisa, mantendo ano após ano as mesmas coisas e com os mesmos nomes. Em sua opinião quando as coisas são boas devem ser mantidas, e o 02 que por lá aparece refere-se ao ano em que foi criada a rubrica, não sendo nenhum engano como alguns poderão pensar. A maneira como foi feita a leitura é demasiado redutora, tendo, se calhar, uma pontinha de malícia, que não esperava ver da parte do Deputado Jorge Godinho. Também, quanto ao aumento de obras, sem aumento de impostos e com os pedidos de empréstimo a serem votados contra, é uma situação de difícil resolução. A situação da maioria das Câmaras apresenta sinais de falência ou de endividamento total, continuando o Orçamentos do Estado, ano após ano, a restringir tudo e mais alguma coisa, não permitindo sair desta situação. Por outro lado e por estranho que pareça, o QREN fala muito de parcerias público/privadas, não se percebendo qual o interesse do Governo em que as Câmaras façam essas parcerias, parecendo uma coisa mágica que permitirá às Câmaras mesmo endividadas continuar a fazer obra, ficando com o ónus da renda posteriormente. Defendeu que se agora as coisas não estão bem daqui a 20 anos, com esta política, alguns concelhos deixarão de existir, o que poderá servir, por outro lado, a política de extinção de algumas autarquias que ultimamente tão badalado tem sido. Falar só em obras, também é uma perspectiva muito redutora, olhar para o Orçamento e não ver que só em transportes escolares, em verba directa estão inscritos para pagamento aos prestadores dos serviços 390 mil euros, excluindo os custos que a Câmara suporta directamente, pensa que é esquecer o que de bom se vai fazendo. O Cartão do Idoso, realmente já existe e será bom que se mantenha por muitos anos. Quanto a atirar as coisas para os privados, lembrou que, também no Relatório do Orçamento viu coisas muito parecidas, não esquecendo

ainda a situação vivida há pouco de algumas transferências efectuadas para os municípios na base do toma lá e façam. A Câmara não enveredou por esse caminho, assumindo as suas responsabilidades, apoiando as Associações por considerar que elas prestam serviços de grande mérito e de que o Estado, não se falando aqui de Governo, frequentemente se esquece. Quanto à cultura “*ser uma festa*” considera ser uma maneira nova de dizer as coisas, à falta de outros argumentos. Referindo-se ao ambiente e citando o Deputado Eduardo Mendes que referiu e muito bem que só não se iria fazer mais saneamento porque o Governo, e em sua opinião e muito bem, levou a cabo a publicação do PESAR II, que tem por objectivo aproximar Portugal dos rácios de cobertura da Comunidade, que se não for conseguido levará a penalizações, pelo que e evitando-se outros problemas foi assumido que Ferreira do Zêzere não iria conseguir fazer o saneamento em todo o concelho. Acrescentou ainda que a empresa que vier a tomar conta do saneamento, não irá fazê-lo em todo o concelho, face à dispersão que este apresenta, lembrando que a Câmara mandou executar, há cerca de 10 anos, um Plano Director de Saneamento, que já na altura apontava para uma despesa de cinco milhões de contos. Portanto e face à situação será esta nova empresa que pegará nos projectos que a Câmara tem em carteira, uma vez que eles existem, não há é dinheiro para concretizá-los, prevendo-se que para o final do Verão já existirá obra a decorrer no concelho feita por essa empresa, face à existência de fundos comunitários para o efeito a que só estas empresas se podem candidatar. Achou esta situação do financiamento um pouco estranha não tendo, ainda, conseguido vislumbrar o alcance desta medida parecendo-lhe, no entanto, que haverá uma intenção futura de privatização, quando o serviço começar a dar lucro. Respondendo à questão apresentada pelo Deputado Manuel Dias relativa às incoerências a propósito de dinheiro, lembrou que essa é uma situação que subsiste

em todas as situações que envolvam dinheiro, e de que todos terão experiência nas suas próprias casas. Por outro lado chamar incoerente ao folheto que foi feito com as obras realizadas, e que o Governo de Guterres subsidiou, gostaria que lhe avisassem a memória e lhe lembrassem que obras foram essas. -----

----- **O Deputado Manuel Dias** interrompeu citando uma frase do Presidente da Câmara, dita por alguém, que nunca recebeu tanto dinheiro como nessa altura. -----

----- **O Presidente da Mesa**, solicitou que não houvesse diálogo devolvendo a palavra ao **Vereador Jacinto Lopes**, que continuou dizendo que isso seria verdade se não se omitisse que esse dinheiro já vinha do Governo anterior e estava-se perante um quadro comunitário diferente. -----

----- **O Presidente da Câmara**, lembrou ainda que esse Governo fez o favor de lhe retirar algum dinheiro, nomeadamente da Zona Industrial, que muito lhe custou a garantir junto do Governo do PSD, devido a pequenos atrasos de obra, nunca se lembrando como autarca de isso alguma vez ter acontecido. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes**, continuando a suas explicações e o seu raciocínio, e referindo-se a quando se diz que se têm de repensar as obras e que o QREN é um mecanismo muito complicado, não se está a fazer política, havendo no limite Câmaras que podem receber zero, enquanto nos anteriores quadros comunitários de apoio, estava sectorizado e era contratualizado com as Comunidades urbanas, sabendo os municípios quais as verbas que lhe iriam ser afectas, só tendo de se preocupar em cumprir os regulamentos que existiam. Neste momento, por exemplo, o Centro Escolar que temos em projecto, irá ser posto em cima da mesa quando houver concurso, com cem concelhos que fazem parte da CCDR Centro, sendo um dos critérios de aprovação, a aproximação aos cem mil euros, por forma a conseguir financiar mais centros independentemente da qualidade

dos mesmos. É uma política com a qual não concorda e que poderá levar ao aparecimento de equipamentos de qualidade medíocre ao invés de apostar em menos mas de boa qualidade. Como já o Presidente da Câmara referiu, iremos andar a reboque dos grandes concelhos, dos projectos que eles tenham, limitando-nos a encontrar hipóteses de encaixe que possibilitem classificá-los como de interesse supra municipal. Esta situação não irá ser fácil de ultrapassar face ao tipo de projectos e intenções que Ferreira do Zêzere pretende ver realizadas e que poderão não encaixar nesta tipologia. Foi por isso de opinião que é necessário ter os pés bem assentes porque tudo mudou, passou-se de um ciclo em que era fácil fazer investimentos, dentro de algumas limitações é claro, para um quadro extremamente difícil e onde algumas Câmaras poderão ver o seu futuro comprometido. Isso irá acontecer com muitas obras em que os municípios que não tenham capacidade de endividamento, sejam levados a fazer parcerias público/privadas, onde o empreiteiro que construir a obra irá ganhar dinheiro duas vezes, a primeira na taxa de juro, nada comparável às taxas de juro que as Câmaras pagam aos bancos a 3 ou 4% e a outra na construção do edifício. Por outro lado e para que todos saibam as Câmaras terão obrigatoriamente de cumprir uma taxa de investimento de 45% e as despesas de que se tem estado a falar serão certamente despesas correntes. Finalizou reiterando a ideia de que para a maioria das Câmaras isto poderá ser o início do fim. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia** agradecendo as explicações prestadas, solicitou a quem tivesse ainda questões para colocar o favor de se inscrever, porque só existe mais uma pessoa inscrita, a quem deu de imediato a palavra. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Dias** achou muito eloquente a intervenção do Vereador Jacinto na defesa do orçamento e obviamente concordando com

algumas coisas, pensa que a sua intervenção foi demasiado redutora, até porque o orçamento, como foi referido pelo seu colega de bancada é redutor porque a vida de um município não são só obras. A vida de um município é também a animação das pessoas, a actividade humana, gostando por exemplo de ver uma feira de actividades económicas que tanto tem sido reivindicada. Existe a Feira de S. Brás que é uma feira tradicional, de resto não se vê por exemplo uma comemoração condigna do dia do concelho, com animação, com concertos, com chamariz para os mais jovens ou outros. Não seria uma actividade assim tão dispendiosa e proporcionaria alguma diversidade. Quem passa as suas férias em Ferreira do Zêzere, não vê nada, porque aqui não acontece nada, mesmo nada, e é isso que as pessoas que vêm de fora vêm nesta Vila, uma pobreza franciscana, segundo a sua opinião, mas que reflecte o pensamento de muitas pessoas dos mais diversos quadrantes políticos. Defendeu assim que é preciso implementar de uma vez por todas uma feira de actividades económicas, onde se reflecta a actividade económica do concelho, com animação de rua, com actividades culturais rentabilizando as infra-estruturas que foram feitas. Apregoam obra mas os edifícios estão a ficar às moscas por falta de programação para eles, apelando assim a que se faça alguma coisa para reverter esta situação, não considerando que seja uma questão de verbas, mas sim de alguma capacidade criativa e de imaginação. -----

-----**O Deputado Municipal Bruno Gomes**, usando seguidamente da palavra, foi de opinião que o que define um bom ou mau autarca acaba por ser a estratégia que ele tem para o concelho e um bom autarca é aquele que com o dinheiro que tem disponível consegue fazer algo de diferente e o que diz realmente isso não é o fazer obra. Porque por exemplo um autarca de Lisboa tem muito mais dinheiro consegue ser um melhor autarca, acima de tudo um bom autarca tem de ser aquele que

consegue implementar no concelho uma estratégia de boa qualidade, bem pensada, para que no futuro o concelho tenha resultados. Se olharmos, por exemplo, para o concelho de Torres Novas vê-se que existe de facto uma estratégia que foi bem planeada. Lembrou, finalizando a sua intervenção, que o PSD governa este concelho desde o 25 de Abril e o concelho não está melhor que os outros, pelo contrário está pior e esse facto deve-se a uma estratégia que se tivesse sido devidamente implementada teria dado resultados agora. No entanto isso não aconteceu até agora e muito dificilmente acontecerá no futuro, a não ser que em 2009 haja uma reviravolta nos resultados eleitorais, situação em que está empenhado. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes** em resposta à intervenção do Deputado Manuel Dias alegou que sendo necessário cativar as pessoas, levá-las às actividades, também é necessário que as pessoas adiram porque naquelas que se têm organizado nem os tão defensores delas lá aparecem. Achou que quando se têm intervenções destas é necessário ter uma atitude coerente, a não ser que se pense que as actividades são sempre para os outros. Quanto á estratégia, sabe que ela é discutível e fazer diferente com o pouco dinheiro que se tem, talvez pudesse ser feito, mas se calhar fazer diferente seria perder as eleições, porque mais uma vez e em sua opinião o Deputado Bruno Gomes, acabou de chamar burros aos Ferreirenses todos, mas com certeza, eles, um dia saber-lhe-ão agradecer. Se as pessoas aprovam e votam os programas que o PSD apresenta é porque se revêm nas propostas apresentadas e consequentemente aprovam esse trabalho. -----

-----**O Deputado Municipal Nuno Benedito**, no uso da palavra, concedida pelo Presidente da Mesa, alegou que não era sua intenção intervir, porque não teve oportunidade de analisar o documento com o cuidado que este merecia, mas mesmo assim não pode deixar de intervir para questionar o PS, se este também esboça as

suas propostas ou onde é que elas estão. Defendeu, ainda, que criticar é fácil, mas apresentar alternativas ou propostas já não é bem a mesma coisa, não se recordando de ter visto algum documento com propostas para o orçamento, só se recordando do manifesto eleitoral, apresentado há dois anos e meio. Alegou ainda que a sua intervenção não tinha o propósito de defender o Orçamento, nem o PSD, declarando-se pelo contrário como social-democrata, que sempre foi e sempre será, mas antes disso já era e sempre será um cidadão Ferreirense. Agradecendo a oportunidade que lhe foi concedida defendeu, ainda, que para discutir estes assuntos é preciso ter argumentos e neste caso os mesmo não foram apresentados. -----

-----Não havendo mais intervenções a registar, foram as **Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento da Câmara Municipal para o ano económico de 2008, colocadas a votação, tendo-se obtido a sua aprovação por onze votos a favor, nove votos contra e uma abstenção.** -----

-----**4.º Ponto da ordem de trabalhos: Análise, discussão e votação do Programa VALETEJO FINICIA nos termos da alínea m), do n.º 2 do art.º 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----**O Deputado Municipal João Paulo**, usou da palavra para colocar uma pequena questão, que se resume a saber se com este documento a Câmara pode ou não contrair empréstimos. -----

-----**O Deputado Municipal Jorge Godinho** no uso da palavra disse que da primeira vez que este documento foi discutido na Assembleia, foi a favor dele, só que ele não estava muito explícito, como todos se recordam. Neste momento e embora já tenham sido corrigidas as lacunas, o documento, ainda, lhe suscita algumas dúvidas. Explicou que, por exemplo, quem concorrer ao VALETEJO

FINICIA, para obter financiamento, vai ter de pagar uma taxa de juro indexada á euribor que anda à volta dos 3 ou 4% a 180 dias. Ao longo do investimento que são 3 anos, vai ter de pagar as taxas fixas que são 1,25 ao banco, 1,25 à Sociedade de Garantia Mutua e 2% á NERSANT. Esses 2% à NERSANT são logo meio por cento à cabeça pela apreciação do projecto e depois 1,5 % quando o projecto for aprovado, portanto, isto são 4,5% fixos. Em termos de juros, foi de opinião que isto não será mau, achando que quem tenha mesmo de recorrer ao crédito para fazer ou desenvolver uma empresa, não pode considerar que seja um dinheiro muito caro. Só que há um ponto para o qual gostaria de chamar a atenção, ou seja o artigo 10º ponto 2, que diz o seguinte: “...as empresas beneficiárias do fundo, deverão constituir-se como accionistas beneficiárias da referida Sociedade de Garantia Mutua, para que adquiram ao banco ou ao IAPMEI ou á NERSANT, acções da Sociedade de Garantia Mutua em quantidade mínima definida como necessária para adesão ao mutualismo...”. Ora esta quantidade mínima, não está quantificada pelo que não sabe de que valores é que se está a falar, ficando por isso na dúvida em dizer se é bom ou mau. Questionou por isso se este ponto não pode ser mais explícito, porque ele pessoalmente quando assina coisas destas, gosta de saber com o que vai contar e nesta situação poderão surgir situações desagradáveis, com as quais não gosta de se ver confrontado. Entendeu que este ponto lhe levanta algumas dúvidas. De qualquer das formas achou que é uma boa iniciativa e se ela de algum modo vier a contribuir para o desenvolvimento do concelho, sendo uma maneira de os investidores poderem de alguma maneira desenvolver as suas indústrias ou comércios, foi de opinião que a Câmara só terá de alinhar nesta iniciativa atendendo ao facto de as pequenas empresas terem um peso muito grande no concelho e precisarem de auxílio. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou a votação o **Programa VALETEJO FINICIA, tendo o mesmo sido aprovado com quinze votos a favor, um voto contra e cinco abstenções.** -----

-----Seguidamente e pedindo desculpa de não poder dar mais a possibilidade de por questões ao plenário solicitou à Câmara que desse as explicações julgadas necessárias. -----

-----**O Vereador Jacinto Lopes,** em resposta a essas questões, disse que se lerem o artigo 8º este diz “*20% disponibilizado pela Câmara na forma de subsídio reembolsável sem juros*”. Assim não se trata de um empréstimo mas sim de um subsídio reembolsável, uma vez que a Câmara não pode fazer empréstimos. O que está aí plasmado resulta de um parecer vinculativo que resultou de um pedido de esclarecimento da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, porque a questão também se levantou noutras Câmaras e em que a DGAL é clara vindo dizer que o financiamento da autarquia no âmbito do Programa FINICIA constitui um subsídio reembolsável, não se tratando, portanto, de um empréstimo. O valor mínimo referido pelo Deputado Jorge Godinho, embora não tenha a certeza, uma vez que ele muda em função do montante pedido pensa que andarà entre os 1.250 e os 2.500 euros. Neste momento, o que se está aqui a aprovar e que a Câmara já aprovou, será apreciado pelos potenciais interessados, que acharem que as condições não são as mais favoráveis poderão sempre optar por outros mecanismos ou outras instituições financeiras, não subscrevendo portanto, este produto. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,** solicitando a compreensão do plenário e para que não restassem dúvidas mandou repetir a votação deste ponto da ordem de trabalhos, tendo-se obtido o mesmo resultado da votação anterior. -----

-----5.º Ponto da ordem de trabalhos: Outros assuntos de interesse para a Autarquia, nos termos da alínea q), do n.º 1 do art.º 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----

-----A Deputada Municipal Isabel Baptista solicitou que fosse informada acerca dos motivos que levaram ao envio dos documentos para a presente reunião de 23 de Novembro, no dia 21, conforme dados facultados pelos serviços dos CTT de Ferreira do Zêzere. É evidente que e não tendo sido enviados em correio azul, só os recebeu em Pias dia 23 de Novembro, que é a data actual. Lamentou que tal situação se tenha verificado, quando se trata de uma reunião ordinária da maior importância, o que significa que e apesar de os serviços de apoio da Assembleia lhe terem telefonado a confirmar a recepção e lhe tenham entregue uma cópia na véspera, isso não lhe permitiu fazer uma análise com o devido cuidado. Numa reunião marcada quase com um mês de antecedência, não entendeu o que é que se passou, pelo que gostaria de ser esclarecida sobre o assunto. -----

-----O Deputado Municipal Armando Alexandre, usando seguidamente da palavra referiu que tendo o Vereador Jacinto Lopes referido que era motivo de orgulho ter a Câmara, no ano de 2005, ficado em 22.º lugar a nível de investimento, não pode partilhar dessa opinião atendendo a que alguns investimentos foram feitos fora de prazo. Exemplificou com a zona industrial, que em seu entender nesta altura pouco aproveitamento irá ter, tanto mais com os problemas de legalização que lhe estão inerentes, gostando ainda, em relação a isso, de ser informado dos custos mensais dos encargos com os empréstimos que foram contraídos para lhe fazer face. Outro problema que gostaria de ver resolvido e que já foi aqui trazido, tem a ver com o funcionamento da ETAR dos Outeiros, tendo a Câmara nessa altura alegado não haver razões de queixa uma vez que esta era devidamente acompanhada. No dia

13 de Novembro alertado para a situação dirigiu-se àquela estação e constatou que as águas residuais eram literalmente despejadas na ribeira que desagua na albufeira. Por outro lado obteve a informação de que um funcionário da empresa responsável se desloca ali uma vez por semana. É uma situação inadmissível em que a Câmara tem uma cota parte de responsabilidade, comprovada pelas fotos que tirou na presença do Deputado Bruno Gomes e do Presidente da Junta de Águas Belas, pelo que foi de opinião que a situação obriga à tomada de uma posição rígida por parte da Câmara. Finalizando e atendendo a que na última Assembleia não obteve resposta a uma pergunta, deixou de novo a questão dos custos envolvidos na movimentação de terras efectuadas no terreno situado no cruzamento da Ponte do Tabuado. -----

-----**O Deputado Municipal José Manuel Duarte** interveio felicitando a Deputada Isabel Baptista e dizer que a inveja imenso, porque apesar do atraso da documentação, conseguiu votar contra. Achou isso espantoso, porque não tendo essa capacidade, optou pela abstenção. Mas à parte este desabafo o que pretendia transmitir mesmo é que há oito dias, numa deslocação à Vila, se viu confrontado com a instalação de um parquímetro e com a necessidade de ir buscar uma senha para poder estacionar ali meia hora. É uma situação que pensa que a GNR fiscalizará embora não saiba muito bem como é que os agentes da autoridade irão conseguir passar multas, sendo aquilo qualquer coisa deliberatório, que não tem uma pena subjacente, sendo uma situação jurídica complicada. No entanto e como não é consultor jurídico da Câmara, não o preocupa muito essa situação, sendo o seu objectivo outro. Estacionou ali mais de meia hora, o que o obrigou a ir buscar outro papelinho, não se importando nada de pagar € 0,50 pela meia hora que ali esteve. Assim sendo gostaria de saber se as pessoas põem essa questão ou não e se a Câmara pondera isso ou não, pelo que feitas as contas aquilo pode significar uma

receita diária de € 200. Atendendo ao sufoco financeiro que se vive e que está sempre em discussão, não seria uma hipótese a Câmara ponderar os € 0,50 por meia hora tendo como finalidade o apoio às Associações. -----

----- **O Deputado Municipal João Paulo**, usando da palavra, questionou se já se tomaram as diligências necessária para colocar a fotografia do Presidente da República na Sala de Sessões da Assembleia. Outra questão que gostaria de ver esclarecida é a situação do PDM, por se tratar de um documento crucial para o desenvolvimento das freguesias. -----

----- **A Deputada Municipal Isabel Baptista**, solicitou de novo o uso da palavra para e a propósito da intervenção do Deputado José Manuel Duarte, esclarecer que está todos os dias em Ferreira do Zêzere, constatando que Ferreira se tornou um deserto e durante a semana é raro verem-se pessoas a deslocarem-se à Vila. Caso a sugestão de taxar o estacionamento tenha eco, crê que será mais uma medida para contribuir ainda mais para essa desertificação. Declarou ser essa a sua opinião, não querendo com isso melindrar ninguém, mas tão somente mostrar a sua preocupação. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Ideias** solicitou autorização ao Sr. Presidente da Mesa para apresentar um requerimento, onde é solicitada uma correcção da acta de 27 de Abril, uma vez que já foi pedida a sua correcção na sessão realizada em Águas Belas e a mesma ainda não foi tida em consideração. Por último questionou onde é que se situa o gabinete do veterinário municipal e qual a necessidade de mais um assessor nessa área, conforme um edital de concurso que viu publicado. -----

----- **O Presidente da Câmara** esclareceu de imediato que se trata de progressão na carreira, pelo que este assunto ficou de imediato esclarecido. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço**, iniciou a sua intervenção declarando que por motivos profissionais não esteve presente na última sessão da Assembleia, pelo que as questões que pretende ver esclarecidas são algumas. Começou pelas obras de requalificação do centro da Vila, questionando se não era suposto nesta altura elas já estarem terminadas. Lembrou, ainda, que na Sessão de Fevereiro ou Abril, foi pela sua bancada colocada a questão se a obra estava toda no projecto e se a memória não o traiu foi-lhe respondido afirmativamente. Posteriormente, alguém se distraiu, não se percebendo bem essa intenção, a obra foi dividida em duas fases, a que se encontra concluída e a que se há-de fazer. Acrescentou ainda que foi dito pelo Presidente da Câmara que os munícipes nem iriam dar por essa situação, uma vez que iam avançar com o projecto, ou com o concurso, e que ninguém iria dar pela paragem da obra, o que não veio a acontecer. Face à situação e resumindo gostaria de colocar a questão se a obra parou por questões burocráticas ou pura e simplesmente por falta de verba. Outra questão que considera polémica e que o preocupa, relacionada com a mesma obra, mas que certamente terá solução se houver bom senso é o fecho da rua descendente. Tal situação nunca foi referida no período de discussão pública, nem se levantou desde o início até ao fim dos trabalhos. Como toda a sua vida profissional se desenvolve na Vila, está sempre em contacto com as pessoas, o que o leva a falar com conhecimento de causa e com os pés assentes na terra. Todos tinham a noção que haveria uma rua ascendente e outra descendente, tese esta também suportada por toda a sinalização de trânsito ali colocada e muito bem de acordo com o regulamento que esteve em discussão pública. A obra como se vê ainda não terminou e espera que por parte da Câmara e dos Vereadores o bom senso de abrir a rua e repor a verdade, tal como consta do projecto que foi posto a inquérito público. Embora

também saiba, que o Presidente da Câmara não concorda com esta proposta, solicitou que fossem estudadas outras como sendo por exemplo o fecho da rua à noite, aos feriados, dias santos e fins de semana, mas durante o horário de trabalho das 08H00 às 20H00 ou das 09H00 às 17H00, como acharem melhor, manter a rua aberta. Foi essa a proposta que entendeu deixar para ser estudada se assim for entendido. Uma terceira questão que não pode deixar passar em branco é a estrada de Maxial. Como todos sabem nunca abordou esta questão desde Janeiro até hoje, tendo-se mantido na expectativa, face aquilo que lhe foi dado ouvir pelo Vereador Carlos Salgado, a quem foi prometido que esta seria a primeira obra a realizar, não no 1.º trimestre, mas sim a 1.ª a realizar no concelho. Estabeleceu-se um compromisso que não foi honrado, pelo que o voto do vereador da oposição em termos políticos tem o alcance que lhe queiram dar. Foi de opinião que esta situação é óbvia, tendo inclusivamente o Presidente da Câmara feito questão de realçar na altura o voto do Vereador Salgado, embora não estivesse presente, mas que também ia na mesma linha do Vereador Carlos Martins. No entanto considera que quem foi enganado não foi o presidente da Junta, mas sim o Vereador Salgado, com o qual havia um compromisso, pelo que deixa o assunto à consideração do Presidente da Câmara para que este faça os comentários que entender. Outra questão que colocou tem a ver com o cemitério de Ferreira do Zêzere, neste caso, municipal, apesar de as pessoas se dirigirem a ele por pensarem que ele é gerido pela Junta, como acontece nas outras freguesias. Chamou por isso a atenção para a caminheira principal que em seu entender muito dignificaria o cemitério se fosse feita em calçada à portuguesa. Já não engloba aqui as caminheiras laterais, pensando que seria suficiente dar um melhor tratamento à principal para que o cemitério ficasse com uma nova imagem. Aproveitou a referência ao cemitério para lembrar de novo a necessidade da criação

de um lugar de estacionamento para o carro funerário, junto do muro, ao invés de ocupar a via principal, como sempre acontece. Deixou por isso estas duas ideias à Câmara para decidirem o que bem entenderem. A quinta questão, deixando, também, aqui a ideia, embora não considere ser a pessoa indicada para isso, era conseguir-se dinamizar o espaço onde funcionou a creche com a instalação de uma casa mortuária. Embora à partida a ideia precise de ser amadurecida e achando que nada é impossível considerou que poderia ali haver um acordo de cedência entre a Santa Casa da Misericórdia e o Conselho Económico da Igreja, por forma a que este pudesse fazer alguma obras de adaptação daquele espaço. O edifício tem boas condições para esse efeito, sugerindo mesmo que alguns salas fossem transformadas em quartos, por forma a permitir às pessoas que querem velar o corpo durante toda a noite, descansar um pouco. Solicitado pelo Presidente da Mesa para sintetizar as questões e abreviar a sua intervenção, este concordou colocando ainda duas pequenas questões. A primeira relacionada com o parquímetro achando que na prática a meia hora não chega para as pessoas tratarem dos seus assuntos, uma vez que qualquer consulta na Policlínica ou deslocação à Caixa Geral de Depósitos demora mais que isso. Foi ainda de opinião que o valor proposto de € 0,50 era um valor demasiado alto, comparativamente com outros praticados em zonas que apresentam um nível de riqueza muito superior ao nosso, pelo que foi de opinião que metade desse valor ainda seria aceitável, sendo, no entanto, uma ideia a discutir futuramente. Finalizando disse ainda que foi alertado por um funcionário da Câmara que faz transportes escolares, para o estado actual da estrada do Maxial, que devido às últimas chuvas que se fizeram sentir, se encontra com o piso todo deteriorado. ----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Mendes,** iniciou a sua intervenção dizendo que pretendia prestar informação sobre duas questões, a saber. Informou,

assim, que irá ser inaugurada a sede da Comunidade Urbana, cuja data foi adiada, porque toda a Assembleia se insurgiu contra o facto de estar indicado um dia da semana só porque um Sr. Secretário de Estado qualquer, só podia vir num dia de semana. E começando pelo PS e secundado pelos restantes partidos, Bloco de Esquerda, Independentes, PSD e Partido Comunista Português, todos se insurgiram e deixaram um recado claro, alto e em bom som ao Sr. Presidente da Mesa e ao Presidente da Assembleia que na altura estava representado pelo Sr. Presidente da Câmara de Torres Novas, o nosso ilustre legionário, que não haveria inauguração em dia de semana, porque as pessoas não são políticas, têm os seus empregos e não podiam ir à inauguração. Serve este recado para o convite que recebi esta semana para a inauguração do edifício dos Paços do Concelho. Informou ainda que o concelho de Vila de Rei saiu da Comunidade Urbana, contudo há já uma intenção de regresso do município de Ourém, pelo que se recomeça, de novo, a redesenhar a região natural do Médio Tejo. -----

----- **O Deputado Bruno Gomes**, começou a sua intervenção, com a questão da escola, uma vez que por aquilo que leu nos jornais, no ano passado, houve uma subida nos exames nacionais e desta vez estamos englobados nas dez escolas que mais desceram relativamente ao ano passado. Gostaria, por isso de saber se a escola, eventualmente já discutiu este assunto com a autarquia ou se se sabe o que é que aconteceu. Questionou seguidamente se e a propósito de uma notícia veiculada no Correio da Manhã sobre maus tratos de uma criança a Comissão de Menores já tomou conhecimento do caso e como é que está a ser acompanhado. Lembrou novamente uma proposta da bancada do PS sobre o Cartão Jovem Municipal, questionou a situação do Conselho Municipal da Juventude, sendo de opinião que se o Executivo e a bancada PSD aproveitassem as pequenas propostas que o PS tem

apresentado, se calhar as Grandes Opções do Plano, estariam mais completas. Nessa sequência apresentou uma proposta da bancada do Partido Socialista, relativa ao apoio à natalidade e fixação da população, que passou a ler e cujo texto entregou à Mesa da Assembleia, pretendendo que ela fosse sujeita a aprovação nesta reunião. ---

----- **O Deputado Armando Alexandre**, usando da palavra, disse que em relação aos parquímetros, ouve-se frequentemente que as pessoas usam a meia hora e depois vão retirando novas senhas mantendo o local ocupado imenso tempo. Esta situação é inadmissível atendendo a que se estão a ocupar lugares indevidamente, ao invés de se optar pelos estacionamento existentes na periferia, situação esta que denota além da falta de civismo uma falta de fiscalização. Em contra partida verifica-se que a caça à multa já é um flagelo em Ferreira do Zêzere, situação da qual tem experiência. -----

----- **O Sr. Presidente da Câmara**, solicitado pelo Presidente da Mesa a prestar os esclarecimentos julgados necessários, iniciou a sua intervenção, dizendo que os documentos da Assembleia foram entregues nos correios na terça-feira, sabendo também que todo o correio é enviado para Coimbra para regressar no dia seguinte ao mesmo local. É uma questão organizacional que lamenta, estando ainda convencido que o correio ficou na estação não tendo sido distribuído, talvez, por falta de pessoal. No entanto não deixou de pedir desculpas pelo sucedido, situação que felizmente não se tem verificado nos últimos tempos. Respondendo seguidamente ao Deputado Municipal Armando Alexandre esclareceu que era responsabilidade da Câmara ajudar no desaterro, não podendo contudo concretizar valores. O que foi gasto foi tempo de máquina e de camioneta, tendo o resto sido feito pelo comprador. Em relação à ETAR dos Outeiros lamentou que os Deputados ao terem acesso à informação não a tenham transmitido de imediato à Câmara, para que esta tomasse

as devidas providências. É uma obra da responsabilidade de outra entidade, não competindo à Câmara a sua fiscalização. No entanto e na posse desta informação e atendendo a que a ETAR é gerida por especialistas, que acaba por funcionar em piores condições do que a da Câmara que já estava velhinha, irá pressionar as Águas do Centro no sentido de resolver de imediato a situação. Respondendo ao Deputado João Paulo, esclareceu que o PDM está na fase de análise da carta da REN proposta pela Câmara, tudo indicando que não vai ser fácil convencer a comissão a aceitar a proposta. Já obteve o compromisso da parte do Presidente da Comissão que irão fazer o estudo da mesma o mais rapidamente possível. Quanto à questão apontada pela Deputada Isabel Baptista, não concorda com a mesma, pois verifica que a Vila durante a semana está cheia de carros. A ideia ao colocar o parquímetro foi disponibilizar espaços para que as pessoas pudessem tratar da sua vida, não tendo estado sequer na reunião que decidiu que o estacionamento fosse grátis. Aceitou no entanto essa situação, embora não tivesse a mesma opinião, achando que se deveria pagar vinte ou trinta cêntimos. Informou seguidamente, a propósito da questão colocada pelo Deputado Municipal Fernando Ideias, que o médico veterinário tem um espaço no mercado municipal, mas que neste momento não apresenta condições, pelo que não tem sido utilizado. O novo mercado irá sanar esta situação. Quanto às questões colocadas pelo Deputado Municipal Manuel Lourenço, esclareceu que a paragem da obra se deveu às duas coisas, burocracia e falta de verbas e a ele pessoalmente custa-lhe muito arrancar com uma obra sem saber onde é que vai buscar o dinheiro para ela. Segundo sabe o QREN também irá financiar obras de Ambiente, pelo que vai tentar fazer um projecto mais abrangente onde se possam incluir estas obras e se assim for talvez valha o sacrifício. A sinalização colocada na praça e a rua fechada, explicou, não tem nada a ver uma coisa com a outra. A

Câmara deliberou fechar a rua, situação com a qual concorda plenamente, não se podendo dizer aliás que se encontra fechada, uma vez que serve cargas e descargas. A abertura da rua, infelizmente transformaria a praça em tudo menos num espaço aprazível onde se pode estar descansado. Por outro lado também anda na rua, fala com toda a gente, frequenta os cafés e nunca foi confrontado com esta situação, pelo que lhe parece estranho ser o Presidente da Junta o porta voz de tanto descontentamento. Relativamente ao estado da estrada do Maxial, não sabia que o mesmo estava nesse estado, lamentando no entanto que o funcionário ao invés de utilizar a estrutura da Câmara se tenha dirigido ao Presidente da Junta. Relativamente ao cemitério foi de opinião que a caminheira ficaria melhor com a pedra, achando no entanto que o cemitério tem sido rigorosamente cuidado pelo funcionário que lá trabalhava pelo que o espaço não está mal cuidado. Por isso será uma situação a pensar futuramente. A situação do edifício da creche não é um problema para ser discutido na Assembleia Municipal, não concordando no entanto que se faça uma casa mortuária num espaço daqueles e numa entrada da Vila. Quanto ao estacionamento do carro mortuário e não descartando a hipótese avançada, parece-lhe que a via naquele local é bastante larga pelo que estar a interromper o passeio não será uma boa solução. Respondendo ao Deputado Municipal Bruno Gomes informou que é o Vereador Manuel António que representa a autarquia e segundo informação deste, ainda não foi feita a análise dos resultados obtidos. Quanto à situação de maus tratos referida informou que é uma situação que está a ser analisada em tribunal e que portanto nem a Câmara nem a CPCJ se podem imiscuir. Quanto à fiscalização do estacionamento limitado informou que é feita a sua fiscalização pelos agentes da GNR e que relativamente à sua actuação, não se levanta qualquer questão, porque de acordo com a opinião do Comandante da GNR

o incumprimento consubstancia uma contravenção ao Código da Estrada. -----

----- **O Vereador Jacinto Lopes**, no uso da palavra delegada pelo Presidente da Câmara para esclarecimentos das questões em falta, referiu que em relação à Agenda Local XXI, foi o PSD que teve a coragem de incluir as suas propostas e a mesma irá ser uma realidade. Seguidamente deu os parabéns ao Deputado Bruno Gomes e à bancada do PS pela forma empenhada como defendem o programa do Governo. Nesse programa previa-se, por exemplo, que o IRS iria descer. E o diploma foi publicado nesse sentido, imputando às Câmaras a possibilidade de abdicarem até 5% do seu valor a favor dos municípios. Questionou por isso os deputados do PS se face a uma situação destas alguém tinha feito contas sobre os valores que deixariam de entrar nos cofres da Câmara. Continuou, alegando que quando alguém faz uma proposta deve estudar a questão e analisar as suas implicações atentamente, mas que desta vez até estavam desculpados porque tinham recebido tardiamente a documentação. Por isso informou que prevendo-se no orçamento uma receita de € 82.005,00 da taxa fixa de IRS bastava fazer a proporção e verificar que a Câmara iria ficar prejudicada em € 49.203,00. Finalizou por isso sendo de opinião que não se deve brincar às propostas e que não se pode querer fazer à custa do orçamento da Câmara de Ferreira do Zêzere, o cumprimento das promessas que o Governo fez, o que em seu entender fica muito mal. -----

----- **O Presidente da Assembleia**, usando da palavra, chamou a atenção do plenário que faltam dez minutos para terminar a reunião e por conseguinte ainda tem em mãos dois assuntos. Um requerimento que se prende com um pedido de alteração de uma acta, pelo que e resumindo esclareceu que naturalmente, ele irá ser analisado e a acta revista, pelo que no caso de se verificar a correcção será enviada uma nova acta. Seguidamente informou ter na sua posse a proposta da bancada do Partido

Socialista intitulada “Proposta de Apoio à Natalidade e Fixação de População”. Considerando não haver tempo para a sua discussão, em sua opinião, esta proposta parece-lhe ferida de alguma dificuldade dado que mexe em valores de um orçamento acabado de aprovar, tendo por isso muitas dúvidas que isso possa ser feito. No entanto e declarando não ver, à partida uma razão para a sua não aceitação, mas parecendo-lhe, no entanto, que o tempo disponível para terminar a reunião era demasiado curto, decidiu agendar a proposta para nova reunião. -----

-----**O Deputado Armando Alexandre** mostrou-se indignado alegando que isso se devia às assembleias serem marcadas para as sextas-feiras ao que o Presidente da Mesa respondeu que não marcava as reuniões para as sextas-feiras por birra mas porque a maioria dos deputados assim o desejam. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, pedindo imensa desculpa, mas face ao condicionalismo de falta de tempo, agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por encerrada a sessão, sendo vinte e três horas e cinquenta e seis minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Eurico de Alcobia _____

Joaquim de Jesus Ribeiro _____

Aires Ferreira Graça _____

